

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Petrobras deixa de contratar 6.000 fornecedores em três anos	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Empresa conta com Belo Monte para se reerguer	2
Título: Principais empresas citadas na Lava Jato demitiram quase 600 mil	4
Título: Petrobrás concentrou cortes em terceirizados	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Lote às margens da Epia é aposta no setor elétrico	7
Título: Luz no fim do túnel	8

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Petrobras deixa de contratar 6.000 fornecedores em três anos**

O número de empresas que vendem produtos ou prestam serviços à Petrobras caiu 22% no ano passado e 11% em 2015, segundo informações obtidas pela coluna.

Em 2014, a estatal tinha mais de 18 mil fornecedores, número que caiu para 12,6 mil no ano passado.

Além das cerca de 6.000 empresas que deixaram de vender, há outras, que prestavam serviços de forma indireta, que também perderam clientes, diz David Zylbersztajn, ex-presidente da ANP.

A queda das contratações se deram, segundo ele, por uma soma de fatores: preço do barril em baixa, falta de rodadas de licitações de blocos e decisões que se provaram ruins do ponto de vista de investimentos.

"A empresa fazia planos fictícios que não se concretizaram. Ela teve de limpar balanço e se ajustar, como é público, e isso reduz a capacidade de contratar."

Empresas do setor de óleo e gás cortaram seus contratos em geral, mas não nessa intensidade, diz Adriano Pires, da consultoria Cbie

"Outras produtoras também compram menos bens e serviços, mas em uma proporção diferente porque não foram impactadas pelas revelações da Lava Jato."

A empresa anunciou desinvestimentos de cerca de R\$ 16 bilhões. Prestadoras de serviço que perderam contratos poderão ser chamadas novamente, mas isso deverá demorar, afirma Anderson Dutra, sócio da KPMG.

"As companhias que assumirem os ativos vendidos pela Petrobras vão levar um tempo até chegar a contratar seus os seus próprios fornecedores", diz o consultor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Empresa conta com Belo Monte para se reerguer**

Reestruturação do grupo também prevê venda de ativos e entrada de novo sócio para tocar investimentos

Com poucas obras em carteira e com a imagem arranhada por causa do envolvimento no escândalo de corrupção, a Engevix conta com o contrato de montagem eletromecânica da Hidrelétrica Belo Monte (que dura até 2020) para garantir as contas em dia, pelo menos, pelos próximos dois anos, afirmam especialistas do setor.

O contrato vai ajudar a manter o nível de receitas entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões na área de construção e R\$ 130 milhões da área de engenharia de projetos – até 2013, o faturamento da construtora era de R\$ 1,2 bilhão. É com essa estrutura de receita que a empresa espera se reerguer enquanto resolve questões judiciais. Além de estar na mira do Tribunal de Contas da União (TCU) por alguns projetos, ela tem duas ações de improbidade em andamento.

Por isso, negocia um acordo leniência com o Ministério Público Federal. Enquanto essas pendências não se resolvem, a empresa tem agregado alguns pequenos serviços na carteira de projetos. Em março, a empresa conquistou um contrato em Pernambuco para elaboração do projeto de recuperação da Barragem Inhumas, em Garanhuns. O valor: R\$ 293 mil – bem distantes dos bilionários contratos do passado. Um mês antes foi a única qualificada na tomada de preços para fazer o projeto executivo de reparo da barragem Paranã (GO), de R\$ 257 mil.

No mercado externo conseguiu um contrato um pouco maior: de US\$ 2 milhões para uma barragem na Bolívia. Embora sejam serviços pequenos, fontes do setor afirmam que neste momento o importante é se manter ativa no mercado até a turbulência passar. “Nesse processo todo, as empresas vão encolher drasticamente ou desaparecer”, diz um especialista em infraestrutura, que prefere não se identificar. Na Engevix, o risco de “desaparecer” existe se a empresa não conseguir fechar o um acordo de leniência com o Ministério Público.

“O mercado financeiro, o mercado de capitais e investidores estrangeiros não querem saber de empresas com problemas. Sem acordo de leniência, fica difícil se recuperar”, disse outra fonte do setor. A reestruturação da empresa está baseada na reorganização da estrutura atual, renegociação de dívidas, criação de novos mercados e no Comitê de Compliance independente. Também prevê definir o destino de alguns ativos que continuam no portfólio da companhia.

Ativos. A Engevix tem, por exemplo, participação na Via Bahia – grupo que detém a concessão das BRs 116 e 324, no Estado baiano. A expectativa é que a empresa venda sua participação para o grupo canadense PSP Investment, que em 2015 comprou a fatia da Isolux na concessão. O negócio ajudaria a Engevix a

reforçar o fluxo de caixa. Outro projeto que pode ter mudanças é a Hidrelétrica São Roque, de 141 MW, em Santa Catarina.

Com 80% das obras concluídas, a empresa busca um sócio para terminar a usina já que não há mais recursos para tocar o empreendimento. Por enquanto, o objetivo é continuar como sócio, mas se as negociações não avançarem pode haver a venda integral do projeto, apurou o Estado. O banco BTG Pactual foi contratado para procurar opções no mercado. /R.P.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Scheller

Título: Principais empresas citadas na Lava Jato demitiram quase 600 mil

Emprego. Segundo analistas, a operação, somada à crise econômica e à redução do preço do petróleo, causou um efeito negativo ainda maior nos setores de construção e de óleo e gás, quando se levam em conta as vagas indiretas geradas por essas companhias

A recessão, a queda do preço do petróleo, a redução dos gastos do governo e a Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção envolvendo a Petrobrás, empreiteiras e agentes do governo, tiveram efeito devastador no emprego. Levantamento do 'Estado' com dez das maiores empresas citadas na Lava Jato mostra que, somente entre funcionários diretos e terceirizados dessas companhias, o corte de vagas entre o fim de 2013 (antes da deflagração da Lava Jato, em março de 2014) e dezembro de 2016 foi de quase 600 mil pessoas.

Analistas apontam que o efeito foi ainda maior, quando se consideram as vagas indiretas. Empresas do setor de óleo e gás, como a Petrobrás, foram afetadas pela redução da cotação do petróleo, que hoje está próxima de US\$ 50. Já as grandes construtoras e incorporadoras tiveram de lidar com o alto endividamento da população, que deixou de comprar imóveis, e com a conclusão – ou interrupção – de projetos de infraestrutura, diante da deterioração das contas do governo.

A conta de 600 mil postos de trabalho fechados mostra um impacto considerável – equivalente a 5% do total de pessoas que entraram na fila do desemprego entre 2013 e 2016, que foi de 11,2 milhões. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de desocupados no País era de 1,1 milhão em dezembro de 2013; no fim de 2016, o número havia crescido para 12,3 milhões.

Após um período de longa bonança, as companhias envolvidas na Lava Jato vivem momentos de dificuldade e tentam se reestruturar. As construtoras Queiroz Galvão, Engevix, OAS e Mendes Júnior estão entre as que pediram recuperação

judicial. A Sete Brasil, empresa criada pela Petrobrás para a construção de sondas de petróleo, está na mesma situação.

Falta de equilíbrio. Os cortes de vagas são impressionantes, diz Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), porque muitos projetos de expansão se basearam em previsões pouco realistas. Pires afirma que, após a descoberta do petróleo do pré-sal, instalou-se um clima de euforia que levou à tomada de decisões de governo – e de negócio – sem sentido econômico. Pires cita como exemplos a determinação de que a Petrobrás fosse operadora dos campos do pré-sal e a criação da Sete Brasil. “A Petrobrás não tinha condições de fazer o trabalho de exploração sozinha.

Essa decisão espantou investimentos estrangeiros que hoje seriam bem-vindos”, frisa o diretor do CBIE. O sinal verde para a construção das sondas do pré-sal, lembra Pires, foi baseada em uma previsão de produção de quase 5 milhões de barris de petróleo por dia até 2020. Em 2013, a projeção foi reduzida a 4,2 milhões; dois anos depois, houve novo corte, para 2,8 milhões de barris diários.

Essa falta de critério, segundo o economista Sérgio Lazzarini, professor do Insper, influenciou o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que acelerou a concessão de empréstimos, e também o Banco do Brasil e a Caixa, que inflaram o crédito mesmo quando a economia já dava sinais de exaustão. “O que essa ganância nos trouxe de benefícios? Acho que esse modelo de desenvolvimento mostrou que é preciso dosar a participação do Estado na economia”, diz Lazzarini.

Os efeitos colaterais da Lava Jato – o desemprego, a revelação de intrincados esquemas de corrupção e o abalo à reputação de grandes companhias – levaram, pelo menos momentaneamente, a uma mudança no curso da economia. Hoje, diz o professor do Insper, o lema é a redução de gastos públicos e a abertura de vários setores a investimentos externos, entre eles infraestrutura e companhias aéreas.

A manutenção deste caminho não é garantida, na visão de Lazzarini. Ele acredita que ainda há risco de uma “guinada” populista no País como reação à crise. “Basta ver o que aconteceu nos Estados Unidos, com Donald Trump. Quando se olham os candidatos para a eleição presidencial de 2018, é muito difícil fazer uma previsão para onde vamos.”

Principais cortes. Por seu porte, a Petrobrás fez os maiores cortes em termos absolutos entre as companhias consultadas (leia mais abaixo), mas houve reduções relativamente maiores, como o da Engevix, que diminuiu seu efetivo em 85%. Os dados do quadro ao lado foram repassados pelas próprias empresas. Algumas empresas esperam uma chance de voltar à ativa. É o caso da Sete Brasil,

que chegou a movimentar 15 mil trabalhadores nos estaleiros que contratava para construir suas sondas, segundo fontes. Hoje, a atividade da Sete se resumiria a 20 funcionários.

A companhia aguarda a aprovação de seu plano de recuperação no início de maio. Segundo o Estado apurou, a expectativa é contratar até 2 mil trabalhadores para a retomada das sondas. Procurada, a Sete Brasil não quis comentar nem fornecer dados oficiais sobre sua força de trabalho.

Justificativas. Algumas das empresas consultadas destacaram que, além da Lava Jato, outros fatores contribuíram para a redução de seus quadros. A Odebrecht lembrou da crise que abateu o País nos últimos anos e disse estar “comprometida em voltar a crescer e contribuir com as comunidades nos locais onde atua”.

A Andrade Gutierrez afirmou que seus dados são afetados por reduções de ritmos de obras ou o encerramento das mesmas – justificativa que também se aplica às demais construtoras. A Promon também afirmou ter sido afetada pela redução dos investimentos em infraestrutura no País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás concentrou cortes em terceirizados

Enquanto total de terceirizados foi reduzido a um terço, corte entre funcionários próprios ficou em 20% em 3 anos.

Diante de prejuízos recordes e de um forte aumento em seu endividamento, a Petrobrás substituiu, nos últimos anos, sua política expansionista do início desta década por um movimento de fortes cortes de custos. Isso inclui a redução do total de profissionais da companhia, com impacto bem maior no pessoal terceirizado.

Como os profissionais concursados têm direito à estabilidade no emprego, a companhia teve de recorrer a programas de desligamento voluntário para reduzir este contingente. Conseguiu diminuir, em três anos, seu quadro de contratados em 20%. No fim de 2013, a companhia tinha 86.111 funcionários no Sistema Petrobrás, número que caiu a 68.829 em dezembro do ano passado.

Segundo a Petrobrás, o Plano de Negócios e Gestão atual da companhia prevê o corte de gastos operacionais e a readequação de seus investimentos. A empresa também vem fazendo um programa de desinvestimentos. Em 2016, vendeu, por

exemplo, seu negócio de gasodutos à canadense Brookfield, por US\$ 5,2 bilhões. A petrolífera se prepara para se desfazer do controle da BR Distribuidora, dona de postos de combustíveis, e de outros ativos.

A empresa afirmou que seus programas de desligamento já resultaram na saída de 14.241 empregados, segundo dados atualizados até abril deste ano. “A redução do número de empregados está no contexto de ajustes que estão sendo feitos pela Petrobrás para redução de seu endividamento, o maior entre empresas da indústria de petróleo e gás no mundo”, explicou a companhia.

“O contexto econômico mundial e do setor também reflete na estratégia da companhia. É incorreto associar a redução dos empregados direta e unicamente à Operação Lava Jato.”

Proporção. Embora tenha restrições para reduzir seu quadro de funcionários concursados, a empresa tem total liberdade para cortar os terceirizados – contingente que, nos últimos anos, compôs a maior parte de seu quadro de colaboradores. Em dezembro de 2013, segundo dados enviados pela própria companhia, havia quatro terceirizados para cada funcionário próprio, ou um total de 360.180 trabalhadores.

A Petrobrás concentrou a maior parte de seus cortes nos funcionários terceirizados. Em dezembro do ano passado, a empresa tinha 117.555 terceirizados, ou 1,7 para cada colaborador próprio.

A companhia informou ao Estado que mudou sua metodologia de contabilização dos funcionários terceirizados, excluindo, a partir de dezembro de 2015, os trabalhadores que atuam fora de suas instalações próprias da conta. F.S.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Helena Mader

Título: Lote às margens da Epia é aposta no setor elétrico

Um terreno de 41 mil metros quadrados às margens da Via Epia é uma das apostas da Companhia Energética de Brasília para obter recursos e investir em melhorias no sistema de distribuição da capital federal. O terreno de propriedade da CEB é reservado para a construção de uma usina termoeletrica desde 1960. A companhia alega que, há dois anos, está em vigor um novo contrato com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que exige da empresa a realização de novos investimentos no setor. A CEB pretende vender o imóvel para obter recursos para melhorar o sistema de luz do Distrito Federal. Para isso, é preciso

alterar as regras urbanísticas do lote, já que a legislação atual só permite a construção de usina termoeletrica no local.

Antiga usina termoeletrica

No mês passado, foi realizada uma audiência pública para discutir as mudanças das normas em vigor para esse imóvel. Esse é um passo indispensável para que o GDF envie à Câmara Legislativa um projeto de lei propondo a alteração dos parâmetros urbanísticos. Hoje, a CEB usa o local para armazenar equipamentos e dispositivos elétricos, além de abrigar um depósito de combustível. Há ainda uma subestação e uma antiga usina, cujo contrato venceu em 2015. Será preciso ainda resolver uma pendência com a Terracap, já que parte do terreno foi desapropriada para dar espaço a vias do SIA, mas não houve pagamentos à CEB.

Estudos indicam novos usos

Os estudos desenvolvidos até agora indicam a possibilidade de novos usos e atividades para o imóvel, que, apesar de localizado em uma área de grande valorização, está praticamente abandonado. E a Companhia Energética não tem interesse em utilizá-lo para fazer usina termoeletrica. Como o terreno está no entorno da área tombada de Brasília, caso haja interesse em liberar edificações com mais de 12 metros de altura, ou quatro pavimentos, o governo terá que consultar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Luz no fim do túnel

Essencial no mundo moderno, a eletricidade e toda a indústria que a cerca, com fornecimento de equipamentos e produtos, não sentiram a crise com a mesma intensidade que outros setores. O presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Vivan, explica que o mercado sofre com menor consumo e por conta do preço da energia. “No entanto, é um bem indispensável. Com crise ou sem, não dá para prescindir”, resume.

Atrelada à energia, há toda uma indústria de metais, máquinas e equipamentos. O setor de cogeração é um dos que mais cresce, diz o presidente da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen), Newton Duarte. “É uma alternativa à crise hídrica. Se não fosse o reforço da geração distribuída, os reservatórios de água estariam com apenas 27% da capacidade.”

A necessidade da indústria de buscar geração própria para reduzir custos ajuda o crescimento no setor, diz Duarte. “Só a cogeração à base de bagaço de cana-de-açúcar tem potencial de gerar 10 gigawatts, ou 58% de Itaipu. E a micro e a minigeração distribuída, no âmbito solar, cresce 15% ao mês”, afirma. O país tem 10 mil painéis fotovoltaicos de residências, comércios e indústrias ligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). “A cada mês, são 1,5 mil ligações novas. Isso movimenta a indústria de placas solares e toda a cadeia.”

Uma das maiores metalúrgicas de cobre do país, a Cecil, cresce na esteira da eletricidade. O presidente da empresa, Miguel Ângelo de Carvalho, conta que investiu R\$ 6 milhões, nos últimos dois anos, na ampliação da fábrica, em Itapevi (SP), que hoje produz mais de 200 toneladas mensais de arames de cobre.

“Dobramos a participação no mercado doméstico, para 40%. E vamos investir em exportações, por enquanto limitadas aos países vizinhos”, ressalta Carvalho. O segredo para sobreviver à crise foi chegar até ela sem dívidas. “O setor é de capital intensivo, a matéria-prima básica custa US\$ 6,5 mil por tonelada. É preciso ter capital de giro. Nossa estratégia de mercado, aliada a uma postura conservadora, nos permitiu crescer 5% no ano passado.” (SK)

MME / ASCOM .